Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art.38, inciso I, c/c art.74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$15.000,00(quinze mil reais) e aplicar ao Sr. ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO, prefeito, CPF nº 154.517.206-49, a multa de R\$100,00 (cem reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7086/2008, c/c os arts.2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art.71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.925

Processo nº. 2007/51139-8

Assunto: Prestação de Contas do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ referente ao Exercício Financeiro de 2006.

Responsáveis: Sras. LEIDA MARIA COELHO BOSNIC, MARIA DE FÁTIMA C. DE MELO DANTAS, DIRCEU NAZARENO DA S. BATISTA e MARIA DO CÉU GUIMARÃES ALENCAR – Presidentes à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade das senhoras Leida Maria Coelho Bosnic, Maria de Fátima C. de Melo Dantas, Maria do Céu Guimarães Alencar e do senhor Dirceu Nazareno da S. Batista, no valor de R\$ 1.270.091.678,17 (um bilhão, duzentos e setenta milhões, noventa e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezessete centavos) com as recomendações sugeridas pelo Departamento de Controle Externo.

ACÓRDÃO Nº. 47.926

Processo nº. 2007/54577-5

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº 208/2005 celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES e a SESP.

Responsável: Sr. EDIMAURO RAMOS DE FARIA – Prefeito

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, c/c art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$189.469,50 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), e aplicar ao Sr. EDIMAURO RAMOS DE FARIA, Prefeito, CPF nº 166.238.862-49, a multa no valor de R\$408,28 (quatrocentos e oito reais e vinte e oito centavos), pela remessa intempestiva da prestação de contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.927

Processo nº. 2008/50372-6

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Exercício Financeiro de 2007 do 2º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE – SANTA IZABEL

Responsáveis: Sras. ROSA MARIA DE OLIVEIRA BARROS e CARLA MARIE DE BRITO KATÓ, Diretoras à época, períodos de 01.01 a 15.02.07 e 16.02 a 31.12.07, respectivamente

Relator: Conselheiro LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, c/c o art. 74, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas na importância de R\$-3.077.079,32 (três milhões, setenta

e sete mil e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), e aplicar às Sras. ROSA MARIA DE OLIVEIRA BARROS, C.P.F. nº. 048.133.162-04 e CARLA MARIE DE BRITO KATÓ, C.P.F. nº. 186.294.742-20, Diretoras à época, multa de R\$-200,00 (duzentos reais), para cada responsável, pela infração à norma legal, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.928

Processo nº. 2008/51405-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Exercício Financeiro de 2007 da EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A, em liquidação

Responsáveis: Sr. LORIWAL REI DE MAGALHÃES, Liquidante à época e RAIMUNDO JOSÉ SOUZA DA COSTA, Liquidante

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas, no valor de R\$-1.750.751,36 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

ACÓRDÃO Nº. 47.929

Processo nº. 2007/50033-6

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 043/2003 e Termos Aditivos firmados entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA e a SEXTAM.

Responsável: Sr. LUIZ ACÁCIO CENTENO CORDEIRO – Diretor Executivo à época

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$24.709,50 (vinte e quatro mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos), e aplicar ao Sr. LUIZ ACÁCIO CENTENO CORDEIRO, Diretor Executivo à época, CPF nº 042.265.262-87, a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais) pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, §3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.930

Processos nº. 2007/51936-7

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 146/2006 firmado entre a Prefeitura Municipal de GOIANÉSIA DO PARÁ e a SAGRI.

Responsável: Sr. ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO, Prefeito.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 29.804,00 (vinte e nove mil, oitocentos e quatro reais), e aplicar ao Sr. ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO, Prefeito, (C.P.F. nº 154.517.206-49) a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.931

Processo nº. 2007/51982-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 112/2004 e Termos Aditivos firmados entre Prefeitura Municipal de SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA e a SEPOF.

Responsável: Sra. VIOLETA DE MONFREDO BORGES GUIMARÃES – Prefeita à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, c/c os arts. 41, 73 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - julgar irregulares as contas e condenar a Sra. VIOLETA DE MONFREDO BORGES GUIMARÃES, Prefeita à época, CPF nº. 409.912.702-81, ao pagamento da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizada a partir de 07.12.2004, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II – Aplicar as multas de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pelo dano ao erário e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela instauração da Tomada de contas, a serem recolhidas como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do debito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.932

Processo nº. 2007/52370-6

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 232/2005 e Termos Aditivos, firmados entre a Prefeitura Municipal de SALINÓPOLIS e a SEPOF

Responsável: Sr. RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS GOMES, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e aplicar ao Sr. RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS GOMES, Prefeito à época, (C.P.F. nº. 117.315.162-15) a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º., IV, e 3º. da Resolução nº. 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.933

Processo nº. 2007/53100-1

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 134/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS e a SEPOF.

Responsável: Sr.ª LUCIENE GERALDA REZENDE VERAS – Prefeito à época

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” c/c os arts. 41, 73 e 74, Inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar a Sra. LUCIENE GERALDA REZENDE VERAS, Prefeito à época, CPF nº. 233.159.621-20, ao pagamento da importância de R\$4.374,00 (quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais), devidamente atualizada a partir de 01/6/2006, acrescida de juros até o efetivo recolhimento;